



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CAMPUS AVANÇADO DE PATU
DEPARTAMENTO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA
CURSO DE LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS**

EMILLY VITÓRIA DA SILVA SOUSA

**LETRAMENTOS RACIAL E EMOCIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DO
CURTA-METRAGEM *DUDU E O LÁPIS COR DE PELE***

**PATU/RN
2025**

EMILLY VITÓRIA DA SILVA SOUSA

**LETRAMENTOS RACIAL E EMOCIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DO
CURTA-METRAGEM *DUDU E O LÁPIS COR DE PELE***

Artigo apresentado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, Campus Avançado de Patu- CAP, Departamento de Letras Vernáculas, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Antônia Sueli da Silva Gomes

Linha de pesquisa: Língua, discurso e cultura.

**PATU - RN
2025**

LETRAMENTOS RACIAL E EMOCIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DO CURTA-METRAGEM DUDU E O LÁPIS COR DE PELE

Emilly Vitória da Silva Sousa¹
Antônia Sueli da Silva Gomes (Orientadora)²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o letramento racial no contexto escolar, compreendendo-o como prática essencial para a construção de uma educação antirracista e socialmente comprometida. A partir da análise do curta-metragem *Dudu e o lápis cor de pele*, buscou-se discutir como o racismo se manifesta nas relações escolares e de que modo o processo educativo pode contribuir para o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade racial. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem analítica, fundamenta-se em autores como Silvio Almeida (2019), Nilma Lino Gomes (2017) e Sueli Carneiro (2005), que abordam o racismo estrutural e o papel da educação na desconstrução de práticas discriminatórias. As reflexões foram construídas também a partir das experiências vivenciadas no Programa Residência Pedagógica, que possibilitaram uma aproximação com o cotidiano escolar e com as questões raciais presentes nas interações entre professores, alunos e comunidade. Essa vivência foi fundamental para compreender que o letramento racial ultrapassa o ensino de conteúdos, envolvendo a formação ética, crítica e sensível de sujeitos conscientes das desigualdades raciais e engajados na sua transformação. Assim, o trabalho reforça a importância da atuação docente como prática política e emancipatória, destacando que promover o letramento racial na escola é contribuir para a formação de cidadãos críticos, capazes de reconhecer o racismo, questioná-lo e construir coletivamente uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Dudu e o lápis cor de pele; letramento racial; educação antirracista; racismo; formação docente.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O racismo é uma forma de discriminação e preconceito baseada na ideia de que existem raças humanas superiores a outras. Essa crença, embora sem qualquer fundamento científico, moldou estruturas sociais, políticas e econômicas ao longo da história, sustentando desigualdades profundas e naturalizando privilégios. O racismo não se limita a atos de ódio explícitos; ele se manifesta também de maneira sutil, silenciosa e cotidiana, muitas vezes mascarado por hábitos culturais, expressões

¹ Graduanda em letras- língua portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN. Vinculada ao Departamento de Letras Vernáculas DLV, UERN-Patu.

² Orientadora da Pesquisa, com experiência em temas como Ensino de Gramática, formação inicial e continuada de professores, Estudos do letramento, dentre outros na área da linguagem. Doutora em Linguística Aplicada pela Unisinos. Professora do Departamento de Letras Vernáculas, UERN-Patu.

linguísticas, padrões de beleza e até mesmo materiais escolares.

No Brasil, um país que se orgulha de sua miscigenação, o racismo se apresenta de forma complexa e muitas vezes contraditória. Embora o discurso oficial pregue igualdade, as estatísticas revelam uma realidade marcada por exclusões, desigualdades e violência que afetam, principalmente, a população negra. Essa presença constante do racismo em diversas esferas sociais torna urgente a reflexão e a desconstrução de práticas aparentemente inofensivas, mas que carregam consigo uma carga simbólica de exclusão.

Um exemplo emblemático dessa sutileza está no chamado “lápiz cor de pele”. Por décadas, nas escolas, essa expressão foi utilizada para se referir exclusivamente ao lápis de cor bege ou rosa claro, ignorando a diversidade real de tons de pele existentes. Esse simples detalhe transmite, ainda que de forma não intencional, a ideia de que a cor de pele padrão é branca, silenciando a identidade de milhões de crianças negras e não brancas. É nesse ponto que o debate sobre o letramento emocional começa: na infância, na educação, nos detalhes do cotidiano.

Nesse contexto, o curta-metragem *Dudu e o lápis cor de pele* se torna uma poderosa ferramenta de reflexão. A obra narra a história de Dudu, um garoto negro que, ao ser solicitado pela professora a desenhar a si mesmo usando o “lápiz cor de pele”, se depara com um conflito identitário. A narrativa, embora simples, carrega uma carga simbólica profunda, revelando como o racismo pode se infiltrar em situações aparentemente inocentes. O curta propõe, de forma sensível, um olhar crítico sobre como o racismo estrutural afeta a autoimagem e o senso de pertencimento das crianças negras. Através de Dudu, somos desafiados a perceber como as questões acerca do racismo podem impactar na autoestima e no modo como conseguem se relacionar com o mundo ao seu redor, destacando a importância da educação emocional para o desenvolvimento de uma sociedade mais empática e inclusiva.

O racismo estrutural está presente nas instituições e práticas sociais de forma silenciosa, influenciando negativamente o modo como crianças negras constroem sua identidade. Desde a infância, essas crianças enfrentam exclusões simbólicas no ambiente escolar, como o uso do lápis denominado “cor de pele”. Esses elementos, ainda que sutis, transmitem uma ideia de que o padrão aceitável não inclui pessoas negras, o que afeta profundamente o reconhecimento de si e o bem-estar emocional. Portanto, ao trazer essa discussão para o centro do debate, este trabalho busca não apenas analisar os efeitos do racismo cotidiano, mas também como o racismo estrutural afeta o desenvolvimento emocional de crianças, a partir da análise do curta-metragem. Dito isso, apresento os seguintes questionamentos:

- De que maneira a curta-metragem contribui para o letramento emocional ao retratar sentimentos como frustração e pertencimento?
- Como o racismo e o colorismo se configuram na perpetuação do preconceito?
- De que forma o curta *Dudu e o Lápis cor de pele* contribuem para a construção da relação entre o indivíduo e o outro?

O curta-metragem *Dudu e o Lápis Cor de Pele* aborda temas sensíveis como identidade, pertencimento e diversidade racial diante da vivência de uma criança negra. Por meio da representação das emoções da criança diante da situação de exclusão e descoberta, o curta se torna uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento do letramento emocional. Nesse contexto, propõe-se a hipótese de que a obra contribui para que o espectador reconheça, compreenda e reflita sobre

seus sentimentos, fortalecendo habilidades emocionais desde a infância.

Evidenciam como o racismo e o colorismo operam de forma sutil e estrutural na infância, ao mostrar a exclusão simbólica vivida por uma criança negra diante da ausência de representatividade em objetos cotidianos como o “lápis cor de pele”. A narrativa revela que, mesmo sem intenção explícita de discriminação, padrões estéticos eurocentrados são naturalizados e reforçados socialmente, contribuindo para a perpetuação do preconceito racial e a desvalorização de identidades negras desde os primeiros anos de vida.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar como o curta-metragem Dudu e o lápis cor de pele aborda o letramento emocional, ressaltando de que maneira a narrativa contribui para a problematização das questões raciais desde a infância e para a construção de reflexões que unem dimensões subjetivas, sociais e culturais.

No que se refere aos objetivos específicos, inicialmente busca explorar como o curta contribui para o letramento racial, entendendo esse processo como a capacidade de compreender, nomear e refletir criticamente sobre as práticas de racismo, discriminação e preconceito que atravessam a vida em sociedade. Nesse sentido, a obra apresenta recursos visuais e narrativos que favorecem discussões importantes tanto no campo educacional quanto no âmbito familiar, permitindo que crianças e adultos desenvolvam maior consciência sobre as desigualdades e os estereótipos presentes no cotidiano.

Para o segundo objetivo é compreender como o curta-metragem evidencia a naturalização do racismo e do colorismo nas relações cotidianas, revelando que tais práticas, muitas das vezes, se manifestam de forma sutil, mas ainda assim exercem efeitos profundos sobre a identidade e a autoestima das crianças negras. A expressão cor de pele, tão frequentemente utilizada de maneira despretensiosa, é problematizada na narrativa, demonstrando como a linguagem pode reforçar estruturas discriminatórias quando não é questionada criticamente. Dessa forma, o curta não é apenas a realidade, mas também denuncia mecanismos sociais de exclusão que precisam ser desconstruídos.

O objetivo de identificar de que forma as experiências cotidianas no espaço escolar influenciam a construção das competências emocionais também se conecta diretamente às vivências observadas durante minha participação no Programa de Residência Pedagógica. Ao acompanhar de perto a rotina escolar, foi possível perceber como situações aparentemente simples como conflitos entre colegas, atividades em grupo, mediação de frustrações e momentos de acolhimento promovidos pelos professores tornam-se oportunidades reais de aprendizagem emocional. A imersão proporcionada pela residência evidenciou que o letramento emocional não ocorre apenas por meio de propostas formais, mas se constrói continuamente a partir das interações diárias. Dessa forma, a experiência prática reforçou a compreensão de que a escola é um ambiente privilegiado para o desenvolvimento das competências emocionais, pois oferece vivências concretas que influenciam de maneira significativa a formação integral dos estudantes.

A escolha desse curta se justifica por sua relevância ao tratar de um tema sensível e, ao mesmo tempo, fundamental: o reconhecimento das identidades raciais e os impactos emocionais gerados pela forma como essas identidades são socialmente aceitas ou negadas.

No contexto social, o trabalho assume relevância, pois a análise do curta-metragem é relevante para abordar questões de inclusão e racismo,

promovendo respeito à diversidade e incentivando uma convivência mais igualitária na sociedade. Pretendo também uma reflexão mais ampla sobre o racismo presente no cotidiano. Ao tratar de um episódio simples – como o uso de um lápis de cor – o curta expõe as formas sutis pelas quais a exclusão se manifesta nesta infância, muitas vezes sem que os adultos percebam. Esse tipo de reflexão ajuda a sociedade a reconhecer e questionar comportamentos naturalizados que perpetuam desigualdades. Valorizar e divulgar obras como essa é, portanto, uma forma de dar visibilidade às experiências de crianças negras, fomentar o respeito à diversidade e estimular mudanças culturais necessárias para uma convivência mais justa e igualitária.

O interesse pessoal surgiu em desenvolver este trabalho que nasceu a partir das vivências proporcionadas durante a participação no programa Residência Pedagógica, experiência que se mostrou profundamente significativa para minha formação docente. No convívio com a escola e com as práticas pedagógicas cotidianas, foi possível observar de perto as diversas manifestações do racismo e suas sutis presenças no ambiente escolar, o que despertou o desejo de compreender melhor essa problemática e seus efeitos.

Já no âmbito acadêmico, este trabalho é importante, pois a realização deste surgiu a partir das vivências proporcionadas pelos programas formativos PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) e Residência Pedagógica, que se mostraram fundamentais para a construção de uma prática docente mais crítica, reflexiva e sensível às questões sociais. Essas iniciativas de formação inicial permitiram uma imersão no cotidiano escolar, revelando a urgência de abordar temas como o racismo e seus impactos emocionais, especialmente no processo de construção da identidade de crianças negras. A análise do curta *Dudu e o Lápis Cor de Pele* nasceu desse contexto e demonstra como essas experiências formativas mudam a visão dos licenciandos, fortalecem a articulação entre teoria e prática e promovem uma educação mais justa, humana e inclusiva desde a formação acadêmica.

Por fim, a representação racial do curta-metragem e suas implicações na formação de entendimento das emoções, considerando que a construção identitária está intimamente ligada às experiências afetivas e à forma como cada sujeito é reconhecido pelo outro. A narrativa de Dudu evidencia o impacto que o pertencimento racial ou sua negação pode ter sobre a forma como crianças negras percebem a si mesmas, constroem sua autoestima e elaboram suas emoções diante de situações de exclusão.

2 CAMINHOS METODOLOGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, pois tem como foco compreender e interpretar os sentidos e impactos subjetivos do racismo estrutural vivenciado por uma criança negra no ambiente escolar, a partir da análise do curta-metragem *Dudu e o Lápis Cor de Pele*. Segundo Minayo (2001,p.72), a pesquisa qualitativa “busca entender a lógica interna dos fenômenos sociais, considerando a complexidade das relações e a perspectiva dos sujeitos envolvidos”. Essa abordagem permite captar os aspectos simbólicos e emocionais relacionados à identidade e à autoestima infantil, elementos centrais para a compreensão do objeto de estudo.

Trata-se também de uma pesquisa descritiva e explicativa. É descritiva

porque apresenta e analisa situações reais que envolvem exclusões simbólicas e emocionais no ambiente escolar, como o uso do lápis “cor de pele” e suas implicações no processo de construção da identidade das crianças negras. Já o caráter explicativo se justifica por buscar identificar as causas e consequências dessas práticas, relacionando-as com o racismo estrutural e com a importância do letramento emocional no enfrentamento dessas situações. De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a observação, o registro, a análise e a interpretação de fenômenos atuais, enquanto a explicativa aprofunda a compreensão desses fenômenos a partir da identificação de seus fatores determinantes.

Nessa perspectiva, utilizamos a análise de conteúdo como abordagem metodológica para estruturar a interpretação de dados, visto que o seu impacto tem ressoado nas pesquisas qualitativas, especialmente quando o objeto de estudo envolve discursos simbólicos e culturais — como no caso do curta-metragem *Dudu e o Lápis Cor de Pele*. Esse tipo de obra oferece um terreno fértil para investigar sentidos latentes, estereótipos e representações sociais. Segundo Laurence Bardin (1977, p. 67) a análise de conteúdo é definida como:

um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados. [...] O maior interesse deste instrumento [...] reside – para além das suas funções heurísticas e verificativas – no constrangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas.

O uso do livro *Pequeno Manual Antirracista*, de Djamila Ribeiro, como base teórica para a análise do curta-metragem *Dudu e o Lápis Cor de Pele* é altamente pertinente, pois ambos tratam do racismo estrutural e da forma como ele se manifesta no cotidiano, especialmente no ambiente escolar. Ribeiro destaca a importância de reconhecer o racismo como um sistema histórico e social que opera nas instituições, como a escola, e reforça que “não basta não ser racista, é preciso ser antirracista” (Ribeiro, 2019, p. 15), o que conecta diretamente com o enredo do curta, no qual uma criança negra se depara com a exclusão simbólica ao perceber que sua cor de pele não é representada nem reconhecida. Ao abordar temas como representatividade, lugar de fala e o papel transformador da educação, a autora oferece um arcabouço conceitual essencial para compreender como as experiências de personagens como Dudu revelam os impactos do racismo na infância e apontam para a urgência de práticas pedagógicas antirracistas, alinhando teoria e narrativa audiovisual em uma crítica social consistente e necessária.

A obra *Como ser um educador antirracista*, de Bárbara Carine, contribui de forma essencial para a análise do curta *Dudu e o Lápis Cor de Pele*, ao oferecer fundamentos teóricos e práticos sobre o enfrentamento do racismo na escola. O curta retrata uma situação em que a criança negra, Dudu, não se reconhece na representação padrão da cor de pele, revelando como o racismo se manifesta de forma sutil no cotidiano escolar - exatamente como aponta a autora ao afirmar que “o racismo se reproduz nas estruturas educacionais muitas vezes de forma sutil e silenciosa” (Carine, 2021).

Espera-se, então, que, a propósito do que defende Bárbara Carine, ser um educador antirracista é revisar práticas, conteúdos e relações pedagógicas para promover o reconhecimento das identidades negras desde a infância. Essa

perspectiva permite interpretar o curta não apenas como uma denúncia, mas também como um chamado à ação educativa, que pode tornar essa obra um suporte pedagógico relevante e coerente para professores e pais no processo formativo de crianças e jovens.

3 QUANDO O “COR DE PELE” É BRANCO: RACISMO E COLORISMO NO ESPAÇO ESCOLAR

O termo colorismo foi originalmente desenvolvido pela escritora norte-americana Alice Walker (1983) para descrever as formas de discriminação baseadas na tonalidade da pele dentro do próprio grupo racial negro. No Brasil, essa discussão é ampliada por autores como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro e Neusa Santos Souza, que refletem sobre como o colorismo opera dentro da lógica do racismo estrutural.

O colorismo refere-se à discriminação que ocorre dentro de um mesmo grupo racial, em que pessoas com tons de pele mais claros tendem a receber privilégios simbólicos, sociais e até econômicos em relação às de pele mais escura. Esse fenômeno não é isolado, mas está profundamente ligado ao racismo estrutural, pois reproduz a hierarquização racial herdada do período colonial e da escravidão. No contexto brasileiro, a sociedade construiu uma escala de valorização da pele que afeta oportunidades em educação, mercado de trabalho, mídia, políticas públicas e até relações interpessoais.

Autoras como Sueli Carneiro destacam que o colorismo é uma forma de racismo que se manifesta de maneira sutil e muitas vezes internalizada, fazendo com que algumas pessoas negras possam reproduzir preconceitos contra outras pessoas negras com pele mais escura. Djamila Ribeiro reforça que essa lógica reforça a ideia de que a branquitude é padrão de beleza e competência, perpetuando desigualdades e invisibilizando vozes negras. Já Neusa Santos Souza contribui mostrando como essas hierarquias internas entre negros se articulam com a segregação social e a exclusão econômica, evidenciando que o racismo não é apenas uma questão de indivíduos, mas um sistema de poder complexo que atravessa todas as dimensões da vida social.

Em resumo, o colorismo revela que o racismo não é apenas externo, mas também estrutural e simbólico, moldando padrões de valorização dentro da própria comunidade negra. Essa discussão é essencial para a educação antirracista, pois ajuda a desconstruir preconceitos internalizados e a compreender a complexidade das desigualdades raciais no Brasil.

Segundo Sueli Carneiro (2003, p. 74), “o racismo no Brasil se expressa também através de hierarquias cromáticas, nas quais quanto mais clara a pele, maior o acesso a privilégios sociais, e quanto mais escura, maior o grau de exclusão”. Essa hierarquia é o que chamamos de colorismo, e ela se manifesta inclusive em espaços que deveriam ser de igualdade, como a escola. No curta “Dudu e o Lápis Cor de Pele”, o preconceito aparece justamente quando a professora e os colegas associam a cor “de pele” à tonalidade branca, apagando outras cores de pele possíveis, o que reflete o padrão de beleza e humanidade imposto pela branquitude.

Além disso, ao pensar com Sueli Carneiro, podemos dizer que o curta mostra como o racismo se institucionaliza no ambiente educacional. A escola, que deveria ser um espaço de emancipação e reconhecimento da diversidade, muitas vezes

reforça a exclusão por meio de práticas aparentemente neutras. Essa reflexão é fundamental para repensar o papel dos educadores na construção de uma pedagogia antirracista, que valorize todas as tonalidades e identidades.

A cena do curta "Dudu e o lápis cor de pele", em que a professora apresenta um lápis bege como sendo a "cor de pele" e o questionamento de Dudu sobre a ausência do seu tom de pele revelam, de forma simbólica, como o racismo e o colorismo estão naturalizados no cotidiano escolar. Essa parte do curta expõe a branquitude como medida universal, invisibilizando a diversidade cromática e identitária das crianças, sobretudo negras. Segundo Almeida (2019), o racismo estrutural se manifesta em práticas aparentemente neutras, mas que operam sustentando privilégios e desigualdades. O gesto da professora, ainda que não intencionalmente discriminatório, confirma como a escola pode ser espaço de reprodução de padrões excludentes.

O uso do termo "cor de pele" para se referir a um único tom, próximo ao da pele branca, traduz-se em um processo de homogeneização que marginaliza as demais tonalidades. Esse fenômeno se conecta ao conceito de colorismo, discutido por Walker (1983) e Schucman (2014), que trata da hierarquização de pessoas negras de acordo com a tonalidade da pele, conferindo maiores vantagens sociais a quem tem pele mais clara. Assim, ao privilegiar apenas uma cor como representativa da pele humana, não apenas silencia a pluralidade, mas também reforça a lógica de inferiorização de corpos negros, em especial aqueles de pele mais retinta.

No campo da formação identitária, a escola desempenha um papel crucial. É nela que as crianças constroem imagens de si e dos outros, a partir de símbolos, representações e interações sociais. Cavalleiro (1998) destaca que, muitas vezes, as práticas pedagógicas negligenciam ou invisibilizam o racismo vivido por alunos negros, o que compromete a constituição de uma identidade positiva. Quando Dudu não se reconhece no lápis chamado de "cor de pele", a cena demonstra o impacto emocional e simbólico desse processo: o menino é confrontado com a percepção de que seu corpo não corresponde ao padrão estabelecido. Essa experiência não é apenas cognitiva, mas afetiva, pois carrega marcas de exclusão e deslegitimação da sua existência.

Para Sueli Carneiro (2003), o enfrentamento do racismo e do colorismo passa, necessariamente, por um processo educativo. Ela defende que a escola é um dos principais espaços de formação de identidade e de reconhecimento social, e por isso precisa atuar de forma consciente na desconstrução das hierarquias raciais. Desse modo, observamos a afirmação de que "A escola pode ser tanto um espaço de reprodução das desigualdades quanto de transformação social" (Carneiro, 2003, p. 23).

No contexto do curta "*Dudu e o Lápis Cor de Pele*", essa reflexão é essencial: a professora e os colegas de Dudu não percebem, a princípio, que ao chamarem o lápis bege de "cor de pele", estão apagando outras identidades raciais. É justamente esse tipo de situação que a escola precisa aprender a reconhecer e problematizar. A proposta de Sueli Carneiro é que o ambiente escolar não apenas acolha a diversidade, mas ensine sobre ela, permitindo que crianças como Dudu se vejam representadas, valorizadas e legitimadas em sua cor e origem.

O que está em jogo não é apenas o ato de exclusão em si, mas o efeito contínuo que ele produz. Uma criança que não se reconhece nos materiais didáticos ou nas representações legitimadas pela escola tende a internalizar sentimentos de não pertencimento. Essa ausência de reconhecimento, como sublinha Cavalleiro,

compromete a autoestima e repercute no rendimento escolar, nas interações sociais e na construção de uma ideia positiva. Em outras palavras, não se trata apenas de um incômodo momentâneo, mas de um processo cumulativo de desvalorização que atravessa a vida escolar de crianças negras.

Bell Hooks (1995) reforça que o racismo, quando internalizado na infância, molda o imaginário e influencia profundamente o modo como crianças negras compreendem a si mesmas e o seu lugar no mundo. “O racismo ensinado desde cedo molda a forma como as crianças negras se percebem, limitando suas possibilidades de imaginar um futuro de plenitude e liberdade” (Hooks, 2013, p.45).

Nesse sentido, práticas aparentemente banais, como nomear um lápis, podem desencadear sentimentos de inferioridade, vergonha ou revolta, além de perpetuar uma noção de inclusão superficial. Ao afirmar um lápis único como referência de pele, a escola não promove inclusão, mas antes reafirma a exclusão ao impor um modelo normativo que desconsidera a diversidade dos sujeitos presentes em sala de aula.

Portanto, o episódio do curta escancara a contradição entre o discurso de inclusão escolar e as práticas pedagógicas que ainda reproduzem desigualdades raciais. Mais do que um erro de nomenclatura, o “lápis cor de pele” é um símbolo das sutilezas do racismo estrutural no cotidiano escolar. Analisar essa cena permite compreender como o ambiente educacional pode atuar na reprodução da lógica de exclusão, mas também abre espaço para refletir sobre a urgência de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a pluralidade de identidades raciais, possibilitando que todas as crianças se sintam representadas e legitimadas.

4 LETRAMENTO RACIAL E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O letramento racial configura-se como um componente imprescindível de uma educação realmente democrática: não se trata apenas de ensinar nomes, histórias ou símbolos relativos a grupos racializados, mas de formar capacidades críticas para reconhecer, interpretar e transformar as estruturas racistas que permeiam instituições, saberes e afetos. Silvio Almeida (2019) contribui decisivamente para esse entendimento ao mostrar que o racismo não é um fenômeno episódico ou apenas individual, mas sim estrutural, isto é, inscrito nas rotinas, normas e práticas institucionais. A partir dessa perspectiva, qualquer ação pedagógica que pretenda enfrentar o racismo deve partir do reconhecimento de que as práticas escolares (materiais, linguagem, avaliação, organização do espaço) podem reproduzir desigualdades mesmo quando suas intenções parecem neutras. Assim, o letramento racial é simultaneamente diagnóstico e intervenção: diagnóstica como o racismo opera por meio de normatizações e, ao mesmo tempo, propõe intervenções epistemológicas, curriculares e afetivas para desconstruí-lo (Almeida, 2019; Schucman, 2014).

A educação antirracista é uma abordagem pedagógica que busca desconstruir preconceitos, estereótipos e desigualdades raciais presentes na sociedade e nas práticas educacionais. Ela vai além de simplesmente reconhecer a diversidade: promove o entendimento crítico das estruturas de poder que perpetuam o racismo, valorizando histórias, culturas e contribuições de grupos historicamente marginalizados. Ao incorporar conteúdos, metodologias e práticas que combatem o racismo, a educação antirracista visa formar cidadãos conscientes, empáticos e capazes de atuar ativamente pela equidade racial e social.

Do ponto de vista pedagógico, a literatura aponta dois equívocos recorrentes que tornam ineficaz qualquer tentativa de educação antirracista: o multiculturalismo superficial e o tokenismo. O primeiro reduz a diversidade a fotos e datas comemorativas; o segundo insere elementos simbólicos (um “lápiz cor-de-pele”, uma imagem isolada) sem alterar as práticas e estruturas que sustentam a hierarquia racial. Silvio Almeida e outros autores mostram que esse tipo de ação é incapaz de romper com a naturalização da branquitude como padrão, pelo contrário, pode reforçá-la ao dar a impressão de que a inclusão já ocorreu (Almeida, 2019; Cavalleiro, 1998). Portanto, a educação antirracista exige intencionalidade: diagnóstico institucional, formação continuada de professores, revisão de materiais e um currículo que trate raça como categoria analítica e experiência vivida.

A reflexão de Silvio Almeida (2019) sobre o racismo como elemento estrutural “uma decorrência da própria estrutura social, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” — oferece uma lente poderosa para compreender o enredo do curta-metragem *Dudu e o Lápis Cor de Pele*. Almeida nos mostra que o racismo não é um desvio de conduta, tampouco uma patologia isolada na sociedade, mas uma lógica que estrutura o funcionamento das instituições e das relações cotidianas. Essa estrutura faz com que a desigualdade racial seja constantemente reproduzida, naturalizada e legitimada, mesmo em contextos aparentemente neutros, como o ambiente escolar.

No curta, essa dimensão estrutural do racismo se revela de forma simbólica, porém profundamente significativa. Quando o personagem Dudu, uma criança negra, é confrontado com a ideia de que “cor de pele” seria apenas o tom rosado do lápis, evidencia-se a presença do racismo nas formas mais sutis de socialização. O gesto, aparentemente inofensivo, reproduz um imaginário social no qual a branquitude é tomada como padrão de humanidade, enquanto as outras tonalidades de pele são excluídas ou vistas como desviadas. O episódio mostra como o racismo se infiltra nas práticas educativas, moldando percepções, afetos e identidades desde a infância.

É nesse ponto que as reflexões de Nilma Lino Gomes (2017) se tornam fundamentais. A autora argumenta que a escola é um espaço privilegiado tanto para a reprodução quanto para o enfrentamento do racismo. Segundo ela, a educação antirracista exige o reconhecimento das diferenças étnico-raciais como parte constitutiva da identidade brasileira e não como exceção. Gomes (2017) afirma que “a educação antirracista é a educação que queremos, e ela só se realiza em um chão democrático”, defendendo que todos, professores, gestores e alunos devem se envolver na construção de práticas pedagógicas que valorizem as múltiplas expressões da identidade negra. Assim, o curta *Dudu e o Lápis Cor de Pele* denuncia a ausência dessa perspectiva antirracista no cotidiano escolar e, ao mesmo tempo, aponta para a necessidade de sua implementação.

Ao buscar um lápis que representa sua verdadeira cor, Dudu realiza um gesto de resistência simbólica. Ele questiona a normatividade da branquitude e reivindica o direito de ser visto e representado em sua singularidade. Esse ato é educativo e político, pois evidencia que o reconhecimento da identidade racial é uma forma de romper com a estrutura excludente denunciada por Almeida. Como lembra Gomes (2017), a educação tem o potencial de formar sujeitos críticos capazes de compreender e enfrentar as desigualdades, mas, para isso, precisa abandonar a neutralidade e assumir uma postura engajada contra o racismo.

Portanto, ao relacionar a teoria de Silvio Almeida ao curta e às reflexões de

Nilma Lino Gomes, percebe-se que o racismo estrutural não se limita às instituições jurídicas ou econômicas, mas penetra o campo simbólico e pedagógico, determinando quais corpos e identidades são valorizados ou marginalizados. *Dudu e o Lápis Cor de Pele* traduz visualmente essa lógica: a escola, enquanto espaço de socialização, também pode ser um lugar de exclusão quando não reconhece a pluralidade racial que constitui seus sujeitos. Somente por meio de uma educação antirracista comprometida com a reconstrução das referências culturais e com a valorização da negritude é possível romper o ciclo de naturalização do racismo e formar novas gerações capazes de enxergar a beleza e a dignidade em todas as cores de pele.

No campo das estratégias de ensino, pesquisas e propostas contemporâneas sugerem um conjunto articulado de práticas que compõem um programa de letramento racial efetivo. Entre elas destacam-se: (1) leitura crítica de materiais visuais e textuais (análise de imagens, propagandas, livros didáticos) que expõem estereótipos e ausências; (2) atividades de produção simbólica que valorizem representações multitonal (desenhos, teatro, projetos artísticos com lápis de diversas cores); (3) rodas de conversa e trocas narrativas que privilegiam vozes racializadas; (4) problematização de situações reais presentes no cotidiano escolar, com mediação docente sensível; e (5) avaliação reflexiva das práticas institucionais (avaliação crítica de fichas, dinâmicas e avaliações padronizadas). Twine (2003) e Ferreira & Pereira (2020) enfatizam que tais práticas devem ser integradas e sistemáticas, não episódicas, para produzirem mudanças duradouras.

A relação entre letramento racial e educação antirracista também precisa incorporar uma dimensão formativa para docentes. A formação inicial e continuada deve oferecer instrumentos teóricos (conceitos sobre raça, racismo estrutural, colorismo), metodológicos (como organizar discussões em sala com crianças de diferentes idades) e emocionais (como gerenciar emoções fortes, ouvir relatos de discriminação e trabalhar a culpa e a defensividade de educadores). Sem esse trabalho com professores, qualquer recurso (filmes, livros ou oficinas) tende a ser usado de forma acrítica ou instrumentalizada. Djamila Ribeiro (2019) e Schucman (2014) insistem na necessidade de políticas públicas que tornem obrigatória essa formação e que responsabilizem instituições pelo avanço efetivo na promoção de igualdade racial.

Aplicando essas ideias ao objeto empírico do TCC, o curta *Dudu e o Lápis Cor de Pele* pode ser entendido como um recurso pedagógico potente para promover letramento racial, desde que utilizado em um arranjo didático que siga princípios críticos. Em sala, a cena do lápis pode servir como ponto de partida para identificar suposições implícitas (o que significa “cor de pele”? quem é incluído/excluído por essa expressão?); desconstruir estereótipos e hierarquias cromáticas por meio de atividades práticas (ex.: comparar tons, produzir auto retratos com lápis multitonal); problematizar as respostas afetivas (como Dudu reage? o que sentem colegas brancos e negros?); e projetar intervenções institucionais (mudança de materiais, formação pedagógica). Essa sequência traduz o compromisso do letramento racial: não basta mostrar um problema; é preciso habilitar sujeitos para interpretá-lo e agir sobre ele (Twine, 2003; Ferreira; Pereira, 2020).

Por fim, é preciso discutir limites e desafios para a implementação do letramento racial nas escolas. Entre os obstáculos mais citados na literatura estão: resistência sociocultural e política (negação do racismo ou acusações de

“doutrinação”); falta de recursos (materiais multirracial, bibliotecas diversificadas); baixos níveis de formação docente sobre raça; e a institucionalização de avaliações que negligenciam dimensões socioemocionais e críticas (Almeida, 2019; Cavalleiro, 1998). Esses desafios exigem resposta em vários níveis: advocacia por políticas públicas, projetos de formação docente contínua, construção colaborativa de materiais pedagógicos e pesquisa-ação que acompanhe e avalie processos de mudança.

Em síntese, o letramento racial e a educação antirracista apresentam-se como uma agenda transformadora que exige pensamento crítico, articulação entre teoria e prática e mudanças institucionais. Sem compreender o racismo como estrutura (Almeida, 2019) e sem promover práticas pedagógicas sistemáticas e afetivamente responsáveis (Twine, 2003; Ferreira; Pereira, 2020), qualquer tentativa de inclusão corre o risco de permanecer simbólica e ineficaz. O curta *Dudu e o Lápis Cor de Pele* pode, portanto, funcionar tanto como diagnóstico, quanto como ferramenta ativadora de processos educacionais que visem disputar sentidos, reparar invisibilização e expandir as possibilidades de pertencimento e reconhecimento para todas as crianças.

5 LETRAMENTO EMOCIONAL: VIVÊNCIAS NO ESPAÇO ESCOLAR

A discussão sobre letramento emocional no espaço escolar relaciona-se diretamente à necessidade de compreender como as práticas pedagógicas contribuem para a construção de subjetividades, especialmente quando atravessadas por questões de raça, identidade e reconhecimento. A escola, como espaço social complexo, tende muitas vezes a reproduzir silêncios e assimetrias, conforme aponta Cavalleiro (1998) ao analisar como o racismo pode se manifestar de forma velada no cotidiano da educação infantil. Nesse sentido, o desenvolvimento emocional das crianças não se dissocia das dimensões sociais que organizam as relações, e o contato com atividades que abordam diferenças e pertencimentos torna-se fundamental. A reflexão crítica sobre tais vivências contribui para ampliar a percepção das crianças acerca de si mesmas e do outro, fortalecendo um ambiente escolar mais humano e sensível às pluralidades.

A vivência observada no âmbito do Programa de Residência Pedagógica demonstrou a relevância dessa abordagem. Durante uma atividade, foi exibido às crianças o curta-metragem *Dudu e o Lápis Cor de Pele*, de Santos (2018), seguido da apresentação de lápis em diferentes tons de pele. A discussão que emergiu buscou problematizar a expressão “cor de pele”, frequentemente associada apenas ao bege, e incentivar o reconhecimento da diversidade racial presente nos corpos e identidades. Tal prática dialoga diretamente com as análises de Rodrigues, Euclides e Herneck (2023), que evidenciam como a problematização do lápis “cor de pele” nas infâncias permite romper com padrões de normatividade racial e ampliar o repertório emocional e expressivo das crianças. Observou-se que os estudantes participaram de forma intensa, demonstrando compreensão, curiosidade e envolvimento, o que revela que atividades dessa natureza mobilizam tanto dimensões emocionais quanto cognitivas.

A abordagem desenvolvida também se fundamenta em perspectivas antirracistas que reconhecem o impacto emocional das desigualdades. Autoras como Djamila Ribeiro (2019) e Bárbara Carine (2021) enfatizam que a construção de uma educação antirracista exige práticas capazes de promover consciência crítica,

valorização das identidades plurais e desnaturalização das hierarquias raciais. Ao discutir a diversidade de tons de pele e a inadequação de um padrão de cor único, a atividade realizada favoreceu que as crianças pudessem nomear sentimentos, expressar percepções e refletir sobre suas experiências, contribuindo para um letramento emocional que inclui também o letramento racial. A compreensão dessas vivências dialoga com a perspectiva de Ferreira e Pereira (2020), ao defenderem o letramento racial crítico como prática pedagógica capaz de ampliar a consciência social e afetiva dos estudantes.

Além disso, autores como Silvio Almeida (2019) e Schucman (2014) ajudam a compreender que emoções e relações escolares são atravessadas por estruturas de poder e por modelos de branquitude que historicamente organizam as percepções de valor e pertencimento. Tais reflexões reforçam que o letramento emocional não pode ser desvinculado das discussões sobre relações raciais, já que sentimentos como vergonha, pertencimento, autoestima e reconhecimento são construídos socialmente. Assim, atividades que abordam diversidade racial tornam-se essenciais para desenvolver nas crianças a capacidade de compreender, expressar e elaborar emocionalmente as diferenças, como também apontam Costa (2021) e Bento (2002) ao analisar os impactos das desigualdades raciais nas subjetividades.

A análise das vivências proporcionadas pelo Programa de Residência Pedagógica evidencia a relevância desse espaço formativo para a construção de práticas educativas mais sensíveis e comprometidas com a realidade dos estudantes. A imersão no cotidiano escolar possibilita que futuros professores compreendam, com maior profundidade, como crianças expressam suas emoções, percebem as diferenças e interpretam situações que atravessam suas identidades. Essa aproximação direta com o ambiente de aprendizagem permite observar de forma concreta como determinadas práticas pedagógicas podem fortalecer o desenvolvimento emocional, estimular a autonomia, ampliar repertórios afetivos e promover relações mais acolhedoras dentro da escola.

A ampliação do debate sobre o letramento emocional no contexto escolar revela que as práticas desenvolvidas na Residência Pedagógica não apenas favorecem a aprendizagem das crianças, mas também permitem compreender como o espaço escolar funciona como um território de produção de sentidos, emoções e percepções sociais. Ao problematizar conceitos naturalizados — como o entendimento limitado da “cor de pele” —, abre-se espaço para que os estudantes vivenciem situações de reflexão e construção coletiva, nas quais emoções como empatia, curiosidade, pertencimento e respeito emergem de forma espontânea. Esse tipo de intervenção confirma que o desenvolvimento emocional não acontece de maneira isolada, mas está profundamente vinculado às dinâmicas sociais, à circulação de discursos e à interação entre diferentes experiências e identidades.

A análise da atividade também demonstra que as crianças possuem um potencial significativo para elaborar questões complexas quando são convidadas a participar de práticas pedagógicas significativas. A abertura para o diálogo, a escuta ativa e a construção conjunta de sentidos permite que elas compreendam que os tons de pele não são meras escolhas estéticas, mas representações simbólicas de vidas, histórias e pertencimentos. Essa compreensão favorece não apenas o desenvolvimento emocional, mas também a formação de uma consciência social mais ampla, que reconhece a diversidade como parte constitutiva da experiência humana. Assim, a escola reafirma seu papel como espaço de formação integral, no qual o processo educativo ultrapassa a dimensão cognitiva e alcança campos

afetivos, éticos e relacionais.

Outro aspecto relevante na análise das vivências refere-se ao papel da mediação pedagógica. A forma como a atividade é conduzida determina a qualidade das aprendizagens emocionais que dela emergem. Quando o docente cria um ambiente seguro para que as crianças expressem seus sentimentos, questionamentos e percepções, ele contribui para que elas desenvolvam maior autonomia emocional e capacidade reflexiva. A mediação adequada também possibilita que situações de estranhamento, dúvida ou conflito sejam ressignificadas como oportunidades de aprendizagem, transformando o cotidiano escolar em um espaço de diálogo e negociação de sentidos.

O Residência Pedagógica mostra-se um campo de práticas essencial para compreender como o letramento emocional e o letramento racial se articulam na realidade escolar. A participação contínua nas rotinas educacionais permite observar nuances que nem sempre aparecem em análises teóricas, como gestos, expressões, reações espontâneas e interações entre pares. Esses elementos, quando observados de forma sistemática e reflexiva, ampliam a compreensão sobre como crianças percebem o mundo e constroem suas relações com ele. Dessa forma, a residência contribui não apenas para o desenvolvimento profissional dos futuros docentes, mas também para o aprimoramento das próprias práticas escolares, reforçando a necessidade de uma educação que valorize tanto o conhecimento quanto a formação emocional e humana.

Além disso, o programa se mostra essencial para a formação docente por oferecer oportunidades reais de reflexão crítica sobre as práticas educativas. Ao vivenciar atividades que abordam diversidade racial e tonalidades de pele, os residentes têm a possibilidade de desenvolver um olhar mais atento, ético e sensível às questões que atravessam a experiência escolar. Essas vivências contribuem para a construção de profissionais capazes de planejar intervenções pedagógicas que valorizem a pluralidade humana, promovam o respeito, incentivem o diálogo e estimulem o desenvolvimento integral das crianças. Dessa forma, o Programa de Residência Pedagógica fortalece não apenas a prática docente, mas também o compromisso com uma educação emocionalmente significativa e socialmente responsável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curta-metragem *Dudu e o Lápis Cor de Pele* revelou-se um potente instrumento de análise das sutilezas pelas quais o racismo estrutural e o colorismo se manifestam no espaço escolar. A partir da cena em que a professora denomina o lápis bege como “cor de pele”, observou-se como práticas aparentemente banais carregam significados simbólicos que legitimam a branquitude como norma e apagam a diversidade racial presente nas salas de aula. Essa naturalização do branco enquanto universal, criticada por autores como Silvio Almeida (2019) e Eliane Cavalleiro (1998), evidencia que o racismo, mais do que uma questão de atitudes individuais, está enraizado nas estruturas e nos discursos pedagógicos que moldam a formação de crianças e educadores.

A análise desse episódio permitiu compreender que o ambiente escolar, mesmo quando orientado por discursos de inclusão, ainda reproduz desigualdades históricas. Como apontou Bell Hooks (2013), o racismo ensinado e aprendido desde cedo impacta o modo como as crianças negras se percebem e limita a imaginação

de um futuro de liberdade e pertencimento. A experiência de Dudu ilustra o que ocorre quando a escola não reconhece a pluralidade de tons, histórias e corpos: a exclusão se torna silenciosa, internalizada, e compromete o desenvolvimento subjetivo e afetivo das crianças negras.

Ao longo do trabalho, discutiu-se também que o enfrentamento dessa realidade exige mais do que a conscientização moral sobre o racismo; requer letramento racial e educação antirracista. Conforme Almeida (2019) argumenta, combater o racismo implica compreender suas dimensões estruturais e institucionais, e não apenas suas expressões interpessoais. Assim, práticas pedagógicas que nomeiam, analisam e problematizam as relações raciais tornam-se essenciais para romper com o ciclo de reprodução do racismo dentro das escolas. Esse processo de letramento racial, como enfatizam Ferreira e Pereira (2020), consiste em desenvolver competências cognitivas, afetivas e críticas que possibilitem tanto a professores quanto a estudantes reconhecer e intervir nas desigualdades raciais cotidianas.

O curta, nesse contexto, se configura como um recurso didático de alto potencial reflexivo. Ele permite que educadores e alunos enxerguem o racismo em sua dimensão simbólica, questionem a “cor de pele” como categoria excludente e ressignifique práticas pedagógicas por meio da valorização da diversidade cromática e identitária. Quando utilizado em processos formativos fundamentados no letramento racial, o filme pode promover debates significativos sobre pertencimento, representatividade e equidade racial.

As reflexões apresentadas neste artigo reforçam que a escola é tanto espaço de reprodução quanto de transformação social. Se, por um lado, ela pode perpetuar desigualdades, por outro, possui também o poder de desconstruí-las a partir de uma pedagogia crítica e comprometida com a justiça racial. Para isso, é indispensável que políticas públicas assegurem formação docente continuada, materiais didáticos plurais e currículos que tratem a questão racial como eixo transversal do processo educativo.

Por fim, conclui-se que enfrentar o racismo e o colorismo no contexto escolar não é uma tarefa restrita a um tema de aula ou a uma data comemorativa: é um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade mais justa. Promover o letramento racial e a educação antirracista é promover também a liberdade de todas as crianças reconhecerem-se no mundo e de serem reconhecidas como parte legítima dele.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Pallas, 2021.

COSTA, Letícia de Andrade. **O racismo e o colorismo no direito brasileiro**: uma perspectiva feminina negra sobre as normas jurídicas que legitimam essas problemáticas. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

SANTOS, Miguel de. Dudu e o Lápis Cor de Pele. Direção: Miguel de Santos. Roteiro: Miguel de Santos. [S.l.]: Videocamp, 2018. 5 min. **Curta-metragem**. Disponível em: <https://videocamp.com/pt/movies/dudu-e-o-lapis-cor-de-pele>. Acesso em: 22 maio 2025.

RODRIGUES, L. F.; EUCLIDES, M. S.; HERNECK, H. R. **Lápis cor de pele**: entre riscos e rabiscos das infâncias negras nos cotidianos escolares. Revista Teias, v. 24,

n. esp., p. 113-121, abr./jun. 2023.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

FERREIRA, Ana Paula dos Santos; PEREIRA, Bárbara. **Letramento racial crítico: antirracismo e práticas pedagógicas**. Revista Brasileira de Educação, v. 25, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YqKbhdkhVhvRZqZvLTbL4D>. Acesso em: 09 jun. 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. São Paulo: Annablume, 2014.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente grata ao Universo e a Deus por me permitirem chegar até o final desta jornada acadêmica. Sinto que cada passo foi guiado, iluminado e sustentado por uma força maior, que nunca me abandonou e sempre me conduziu com amor, cuidado e propósito, mesmo nos momentos de incerteza e cansaço.

Agradeço, com especial carinho, à minha orientadora do coração, Dr^a Antônia Sueli, por toda a entrega, paciência e orientação generosa ao longo deste percurso. Sua dedicação foi fundamental para a construção deste trabalho e para o meu amadurecimento acadêmico e pessoal. Seu olhar atento, suas palavras de incentivo e sua confiança em mim me fortaleceram, me deram coragem e me ajudaram a seguir de cabeça erguida até o fim desta etapa tão significativa.

À minha Mainha, Euzilene, meu agradecimento mais profundo e cheio de amor. Você é minha base, meu suporte diário, meu pilar, minha maior inspiração e a força que me sustenta em todos os momentos. É em você que encontro abrigo, coragem e o exemplo mais bonito de dedicação, cuidado e amor incondicional. Nada disso seria possível sem você.

Agradeço também à minha família, à minha mãe, mais uma vez, ao meu padrasto Marquinhos, à minha irmã Evilly e ao meu irmão Emanuel, por serem meu alicerce e por me apoiarem em todos os momentos da minha vida, especialmente nesta reta final tão desafiadora. Cada gesto de incentivo, cada palavra de apoio e cada demonstração de carinho foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Aos meus amigos de coração, Vitória Melo, Pedro Brito, Lívia Linhares e Thawany Dantas, deixo minha gratidão pela parceria, pelo carinho, pela escuta e

pelo apoio constante. Vocês tornaram o caminho mais leve, mais bonito e muito mais possível, mesmo nos dias mais difíceis.

Aos meus amigos paraibanos, Juliane Martins e Lucas Braga, minha gratidão mais sincera por todo o carinho, companheirismo e parceria ao longo desses quatro anos na UERN. Vocês foram presentes preciosos que a universidade colocou no meu caminho e que levarei comigo para a vida.

Por fim, ao meu amor, José Sávio, agradeço pela paciência, pelo cuidado e por permanecer ao meu lado até mesmo nos dias mais complicados da escrita acadêmica. Obrigada por me acolher nas minhas inquietações, por compreender meus silêncios, por celebrar comigo cada pequena conquista e por ser abrigo em meio ao caos. Sua presença tornou esse processo mais humano e mais leve.